



## SEÇÃO: RESENHA

## A devolução de artefatos aos países de origem pode ser o início de um processo de restituição cultural

*Returning artefacts to countries of origin can be the beginning of a process of cultural restitution*

*La devolución de artefactos a sus países de origen puede ser el comienzo de un proceso de restitución cultural*

**Vitor de Sousa<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-6051-0980](https://orcid.org/0000-0002-6051-0980)  
[vitorde Sousa@gmail.com](mailto:vitorde Sousa@gmail.com);  
[vitorde Sousa@ics.uminho.com](mailto:vitorde Sousa@ics.uminho.com)

**Recebido em:** 10/02/2022.

**Aprovado em:** 18/10/2022

**Publicado em:** 21/11/2022.

HICKS, Dan. *The British Museums. The Benin Bronzes, Colonial Violence and Cultural Restitution*. London: Pluto Press, 2020. 410 p.

Há títulos de livros que conseguem sintetizar o conteúdo de forma perfeita. É isso, afinal, que se pretende de um título. Em *The British Museums* não é defraudada a ideia que lhe esteve na base e que pode ser complementada, desde logo, por quem o lê, através do pós-título da obra, *The Benin Bronzes, Colonial Violence and Cultural Restitution*. Ou seja: o que os museus britânicos mostram é resultado de atividades violentas remetendo, desde logo, para a brutalidade colonial, onde se encontram os bronzes do Benim; por isso, em equação está sua restituição à procedência, por terem sido roubados.

A restituição dos artefactos de antigas colónias à procedência é, de resto, uma discussão atual, muito embora longe de ser pacífica. A França é, aparentemente, líder nesse particular tendo, em dezembro de 2020, a sua Assembleia Nacional aprovado por unanimidade a restituição de 27 artefactos roubados ao Senegal durante o período colonial. A discussão vai-se desenvolvendo no mundo ocidental, com os olhos postos no próprio conceito de museu, debatido no quadro do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 2019, sem que se tenha chegado a qualquer consenso (o que não deixa de ser revelador), mantendo-se a designação que vigora desde 2007. A alteração do conceito, que se referia aos museus como espaços democratizados, inclusivos e polifónicos para o diálogo crítico sobre o passado e o futuro, reconhecendo os conflitos e desafios do presente, foi rejeitada por refletir alegadas "agendas" tendentes a manter na ordem do dia temas como a integração das minorias, os efeitos do colonialismo ou a igualdade de género.

O livro está dividido em 18 capítulos, sendo que, no primeiro, intitu-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)/Universidade do Minho (UMinho), Braga, Portugal.

lado "A arma que dispara duas vezes" (2020, p. 18-34), Hicks refere que o livro foi escrito com este lema em mente: assim como a fronteira está para o estado-nação, o museu está para o império. O que quer dizer que o museu "não congela o tempo, mas controla a exposição, mede a duração. O tempo de tomar é dar lugar a um tempo de retorno, como a arma que dispara duas vezes, um segundo momento está chegando (2020, p. 34). O que quer dizer que, desde o início, precisamos de uma "Teoria da Apropriação" (o segundo capítulo, HICKS, 2020, p. 35-41), que exige que falemos não apenas sobre as histórias de vida de objetos, mas também sobre as suas histórias de morte. É nessa direção que chegamos ao terceiro capítulo, "Necrografia" (HICKS, 2020, p. 42-53), em que o autor assume que o seu propósito é redefinir o museu antropológico. Discorre sobre o assunto tendo presente que a autoridade curatorial é ativamente diminuída e descentrada enquanto o seu conhecimento especializado das coleções é investido e aberto para o mundo: "para começar esta necrografia, esta escrita de perda, precisamos começar com uma patologia significativa da 'ciência racial' vitoriana: a projeção do branco" (HICKS, 2020, p. 53), que o autor aborda no capítulo seguinte, onde veicula uma espécie de licença para cometer atrocidades em massa, crueldade e o demócídio cultural. Esses processos não acontecem num único incidente ou ataque, sendo implementados ao longo dos anos. Nos acontecimentos de 1897, Benim City "fez parte de um evento muito maior; poderíamos chamá-lo de Guerra Mundial Zero" (HICKS, 2020, p. 65).

E, sobre a "Guerra Mundial Zero", trata o quinto capítulo (HICKS, 2020, p. 66-73), que Dan Hicks tipifica como período correspondente a um prenúncio dos horrores do século 20, protagonizado pelos britânicos, juntamente com os franceses, alemães e belgas, em África e em todo o Sul Global. O objetivo desta "guerra infinita" britânica, que durou décadas, foi estabelecer sistemas de governança num novo modelo "indireto", envolvendo a remoção periódica de reis, exércitos e de paisagens humanas inteiras de cidades e aldeias.

O sexto capítulo, "Colonialismo Corporativo-Militarista" (HICKS, 2020, p. 74-94), refere os relatórios oficiais que afirmavam repetidamente que era impossível ter uma ideia do número de nativos mortos devido ao modo de operações na selva com foguetes e metralhadoras. O que degeneraria na "Guerra ao Terror" (capítulo sétimo, HICKS, 2020, p. 95-114), que mais não era do que uma espécie de violência temporal praticada na forma de reciprocidade. O que quer dizer que "a teoria do 'colonialismo militarista' justificava, na prática, o roubo como uma espécie de retribuição. O mesmo processo mental ocorreu na justificação da guerra" (HICKS, 2020, p. 114).

No capítulo oito, aborda-se a "A Expedição Benim-Níger-Sudão (HICKS, 2020, p. 115-124)", no capítulo nove, "O Saque da Cidade de Benim" (HICKS, 2020, p. 125-130), em que se refere que a atrocidade britânica foi um crime contra a humanidade mapeado diretamente nos três elementos principais da Convenção de Haia de 1899. O "Demócídio" é o tema do décimo capítulo (HICKS, 2020, p. 131-143). A 'regra da diferença' operou, também, nesta necrografia de Benim 1897, ao longo do tempo, a fim de derrotar uma cultura humana.

De "Iconoclastia" trata o capítulo 11 (HICKS, 2020, p. 144-150); de "Pilhagem", o capítulo 12 (HICKS, 2020, p. 151-167); de "Necrologia", o capítulo 13 (HICKS, 2020, p. 168-207); e de "O Museu de Armas, etc.", o capítulo 14 (HICKS, 2020, p. 208-219). "Cronopolítica" é a temática do capítulo 15 (HICKS, 2020, p. 220-235), em que se refere que os museus de Antropologia se tornaram, e permanecem, parte da paisagem física e ideológica da fronteira imperial por meio da exibição da pilhagem. Escreve Dan Hicks que, para este período e, neste contexto, até ao presente, "as vitrines do museu foram usadas como fachada para um projeto corporativo-militarista de racismo, massacre e destruição do património cultural que curadores de museus, diretores, associações de amigos, doadores e outros não têm o direito de desculpar" (HICKS, 2020, p. 235).

O capítulo 16, intitula-se "Uma declaração de guerra" (HICKS, 2020, p. 236-250), em que

o autor deixa claro que, por detrás da fachada dos valores iluministas, os violentos legados do imperialismo europeu foram recarregados. O que não impediu, no entanto, que se transformasse a ação em torno do museu, principalmente em África, onde um momento importante surgiu em meados da década de 2010. É, afinal, o que Achille Mbembe chamou de "Um momento negativo", e que dá título ao capítulo 17 (HICKS, 2020, p. 251-271). E em que se refere que os museus são locais onde os curadores fingem que podem manter tudo de forma idêntica. Hicks aborda a sua própria experiência no Museu Pitt Rivers em que sublinha estar a ser pontuado, há anos, pela hesitação, e talvez haja um novo papel a ser desempenhado: "Não podemos fingir que a violência do passado, ou do presente, pode ser desfeita num espaço como este, 'descolonizado' para fora da existência. No entanto, pode ser feito para ser visto por todos" (HICKS, 2020, p. 271). O que significa que "os museus de antropologia podem ser locais de consciência, tanto para o presente como para o passado, não pontos finais congelados, mas processos contínuos. Mas sem atos de retorno, isso não significa nada" (HICKS, 2020, p. 271).

No último capítulo, "Dez mil eventos inacabados" (HICKS, 2020, p. 272-276), o autor escreve que "restituição não é subtração"; abordando os papéis dos museus ocidentais "como locais de consciência e memória, enfrentando os efeitos contínuos da violência racial, pagando uma dívida, reconstruindo um relacionamento"; sendo que "nenhum museu pode impedir o mundo de mudar em torno dele" (HICKS, 2020, p. 276). Nesse sentido, o diálogo está a dar lugar à ação, mesmo que se não saiba como isso terminará para os 10 mil objetos saqueados do Benim. Por isso, tipifica a ideia em "dez mil eventos inacabados" (HICKS, 2020, p. 276).

O que existe nos museus poderá ser mostrado de outra forma, corrigindo um olhar colonial que lhe esteve na base e que se perpetuou até aos nossos dias. Achille Mbembe (2019) evidencia que o ponto de partida da reflexão deveria talvez ser não o museu, mas aquilo a que deveríamos antes

chamar o anti-museu.

Na ordem do dia, do livro de Dan Hicks, está a ideia de descolonização, temática que já consta da agenda académica e não só há uns bons anos, bastando ter em mente o livro *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*, de 1986, de Ngugi wa Thiong'o. Isabel Castro Henriques utiliza essa mesma ideia em relação à História, sublinhando a necessidade de libertar aquela área do saber dos valores fundamentais da dominação, "através do conhecimento das nossas realidades do passado, mas também devolvendo a palavra aos silenciados da história e reconhecendo a autonomia e a singularidade dos seus percursos históricos seculares" (HENRIQUES, 2020, p. 11). Mas, como refere Margarida Calafate Ribeiro (2016), vai para além da descolonização da linguagem das grandes narrativas europeias, tendo em vista a descolonização das pessoas, onde se incluem descolonizadores e descolonizados.

Os museus etnográficos ajudaram a construir parte do conhecimento que deu corpo à antropologia (BRITO, 2016). As suas coleções tinham um recorte evolucionista que foi caindo por terra, muito embora ainda hoje a crítica pós-colonial lute por uma visão que se distancie do etnocentrismo europeu. Hoje, na Europa, na generalidade, qualquer museu mostra espólios que decorrem da curadoria de um império. Não que não estejam bem apresentados e contextualizados, só que não mencionam que os objetos são todos roubados, como observa Dan Hicks. Neste livro, o autor defende a devolução urgente de tais objetos, como parte de um projeto mais amplo destinado a lidar com a dívida pendente do colonialismo. E, nesse quadro, sustenta que poucos artefactos incorporam melhor essa história de colonialismo voraz e extractivista do que os bronzes do Benim, uma coleção de milhares de placas de latão e presas de marfim esculpidas que retratam a história da Corte Real dos Obas da Cidade de Benim, na Nigéria. Saqueado durante um ataque naval britânico em 1897, foi passado para a Rainha Vitória, o Museu Britânico e inúmeras coleções particulares.

Para Dan Hicks, um acadêmico da Universidade de Oxford (Grã-Bretanha) mas, ao mesmo tempo, curador do Museu Pitt Rivers, este livro é, entre outras coisas, sobre a construção e ancoragem de fundações, sobre formas compostas e líquidas, e sobre como essas formas são reforçadas e endurecidas ao longo do tempo. Mas também é sobre a degradação e o cansaço das construções institucionais, as suas fraquezas estruturais, para além do "colapso, o desmantelamento e a demolição de brutais fachadas, e como entre os escombros um edifício inclinado pode ser reaproveitado como algum tipo de ponte" (HICKS, 2020, p. 12). Uma frase pouco direta, mas que não deixa de ser objetiva, por utilizar uma imagem que se percebe logo à primeira. De resto, o próprio autor refere a sua própria curadoria, através do seu conhecimento técnico especializado, "para escavar novos passados e presentes, talvez até mesmo para tentar esculpir melhores futuros" (HICKS, 2020, p. 12-13). Uma espécie de investigação-ação, num livro exaustivo que nos leva por mais de 400 páginas, em que se incluem cinco anexos, que mapeiam os artefactos do Benim e as suas localizações pelo mundo, sustentando a ideia vertida no livro de que a história dos bronzes do Benim está, assim, no centro de um acalorado debate sobre restituição cultural, repatriação e descolonização de museus.

No caso do Museu Pitt Rivers, o conhecimento a que os europeus podem ter acesso através dos objetos africanos no museu de Antropologia será concomitante com o conhecimento europeu relativo ao colonialismo que, no dizer de Dan Hicks, é totalmente dependente da violência anti-negra e da expropriação, "até ao momento em que esses processos duradouros sejam adequadamente revelados, estudados, compreendidos e até o trabalho de restituição comece" (HICKS, 2020, p. 13), o que passa pelo desmantelamento físico das infraestruturas de antropologia "branca" do Mundo.

Dan Hicks assinala que as vozes europeias têm um serviço a cumprir no processo de restituição. Um deles é compartilhar o conhecimento do processo de expropriação cultural e enfrentar a ultra-

violência colonial, o democídio e as destruições culturais que caracterizaram o Império Britânico em África nas três décadas entre a Conferência de Berlim (1884) e a eclosão da I Guerra Mundial (1914), episódio que reformula no livro e intitula de "Guerra Mundial Zero". Um dos seus principais objetivos, foi abordar esse passado, ajudando a catalisar um novo reconhecimento da escala e o horror do colonialismo corporativo militarista britânico, como acontece em relação a outras nações europeias.

Dan Hicks refere que os museus de Antropologia do mundo representam espaços públicos nos quais se impõe a realização desse processo social e político, como "primeiro passo necessário para qualquer perspectiva de 'descolonização' de conhecimento nessas coleções" (HICKS, 2020, p. 13). No entanto, não deixa de chamar a atenção para o facto de que isso possa ser curto-circuitado pelo mero reescrever de rótulos ou embaralhamento de objetos roubados em novos contextos para recontar a história do império. É que, à luz da brutalidade absoluta das suas demonstrações contínuas de violenta pilhagem, "os museus britânicos precisam urgentemente ir para além do modo dominante de 'reflexividade' e autoconsciência no pensamento do museu", que muitas vezes equivale a pouco mais do que um tipo de autoestima, "voltando o foco para o antropólogo, curador ou museu como objeto e sujeito de investigação, realizando diálogo com certas 'comunidades de origem'" (HICKS, 2020, p. 13). É por isso que diz ser necessário abrir e escavar as nossas instituições, no sentido de se poder desenterrar o nosso passado. Para tanto, propõe a utilização de todas as ferramentas arqueológicas que estejam à mão, seja uma colher de chá ou uma escova de dentes, ou uma picareta ou um martelo.

É certo que qualquer objeto de museu tem uma historicidade dupla. Mas, no caso em que o saque se tornou sob o regime intelectual da "ciência racial", no final do século 19 e início do século 20, a mais recente dessas camadas é dominante. Assim, a principal tarefa dos museus de antropologia deve assentar na inversão do

modelo familiar da história de vida de um objeto à medida que se move entre contextos sociais, novas camadas de significado e significância adicionadas com cada nova fase da sua biografia, soberania, da tentativa de destruição de significado cultural, "para escrever 'necrografias' orientadas para a ação — histórias de morte, histórias de perda — da 'acumulação primitiva' de museus, a fim de informar a tarefa urgente e contínua de restituição cultural africana", intervindo através de novos tipos de cooperação e parceria entre a Europa e a África, "em que o museu irá desmantelar, redefinir, dispersar, retornar, re-imaginar e se reconstruir" (HICKS, 2020, p. 14).

O que passa por escavar, hoje, o conhecimento de onde o saque do Benim está localizado, exortando cada uma das centenas de instituições, indivíduos e famílias "a tomar medidas significativas para a restituição cultural, tendo presente que a violência não é um ato passado, a ser julgado pelos supostos padrões do passado, mas um evento contínuo, é uma grande tarefa (HICKS, 2020, p. 14-15).

Dan Hicks conclui ser necessário um diálogo genuíno e equitativo e um compromisso com o não interesse no uso de um objeto após a devolução. É uma ação necessária e urgente, no que pode ser uma das principais lições a serem tiradas do Relatório Sarr-Savoy: "a necessidade de um novo tipo de trabalho tipológico, baseado não em tipos imaginários de objeto ou cultura, mas em as diferentes formas que assumem a 'aquisição' através das quais a cultura material colonial chegou aos museus ocidentais" (HICKS, 2020, p. 280).

Este debate, que o livro de Dan Hicks alimenta, permite ver que um novo ciclo da crítica e da reinvenção da instituição museológica está em curso. O que já não é coisa pouca e, por si só, fez cumprir um dos objetivos da obra.

## Referências

BRITO, J. P. Museus e interrogações num mundo global. In: CURTO, D. R. (org.). *Estudos sobre a globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016. p. 509-515.

MBEMBE, A. L'Afrique, laboratoire vivant où s'esquissent les figures du monde à venir. *Le Monde online*, Paris, 13 ago. 2019. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/festival/article/2019/08/13/achille-mbembe-l-afrique-laboratoire-vivant-ou-s-esquissent-les-figures-du-monde-a-venir\\_5498991\\_4415198.html](https://www.lemonde.fr/festival/article/2019/08/13/achille-mbembe-l-afrique-laboratoire-vivant-ou-s-esquissent-les-figures-du-monde-a-venir_5498991_4415198.html). Acesso em: 18 jul. 2021.

HENRIQUES, I. C. *A descolonização da história*. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos. Lisboa: Caleidoscópio, 2020.

RIBEIRO, M. C.. A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais? In: RIBEIRO, A. S.; RIBEIRO, M. C. (org.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Afrontamento, 2016. p. 15-42.

THIONG'O, N. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Portsmouth: Heinemann Educational, 1986.

---

### Vitor de Sousa

Doutor em Ciências da Comunicação (Teoria da Cultura) pela Universidade do Minho (UMinho), em Braga, Portugal; mestre na mesma área (Informação e Jornalismo, com especialidade em Educomunicação) pela mesma universidade. Investigador contratado através de concurso público internacional pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)/Universidade do Minho.

---

### Endereço para correspondência

Vitor de Sousa  
Universidade do Minho  
CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
ICS-Instituto de Ciências Sociais  
Campus de Gualtar  
4710-057  
Braga, Portugal

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*